

LITERATURA INDÍGENA: ASPECTOS CULTURAIS NOS POEMAS DE MÁRCIA KAMBEBA

INDIGENOUS LITERATURE: CULTURAL ASPECTS IN THE POEMS OF MÁRCIA KAMBEBA

LITERATURA INDÍGENA: ASPECTOS CULTURALES EN LOS POEMAS DE MÁRCIA KAMBEBA

Josiane do Nascimento da Silva¹ 0000-0003-4617-8616

¹Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – Quixadá, CE, Brasil;
josiane.silva@aluno.uece.br

RESUMO:

Tivemos como objetivo identificar como a pluralidade e diversidade cultural são tratadas na obra *Ay Kakyry Tama: Eu moro na cidade* (2020), da escritora indígena Márcia Kambeba. Para tanto, partimos da seguinte problemática: de que modo se apresenta a pluralidade e diversidade cultural na obra supramencionada? Nossa pesquisa é do tipo bibliográfica com abordagem qualitativa. Nos fundamentamos em: Moraes (1997), Cohn (2001), Costa (2005), Mota (2008), Almeida (2011), Thiél e Quirino (2011), Lima (2020) e Kambeba (2020). A pesquisa nos possibilitou ver a necessidade de fomentar a cultura indígena nas escolas não indígenas desde a educação infantil, de avançar na superação do preconceito e da discriminação que esses povos enfrentam. Pudemos ver que a pluralidade e diversidade cultural são tratadas na obra de Kambeba com expresso valor e respeito. A autora enaltece e reconhece a contribuição dos povos indígenas para a cultura e sociedade em geral.

Palavras-chave: cultura indígena; hegemonia cultural; literatura indígena.

ABSTRACT:

Our aim was to identify how cultural plurality and diversity are dealt with in *Ay Kakyry Tama: Eu moro na cidade* (2020), by indigenous writer Márcia Kambeba. To do this, we started with the following problem: how are cultural plurality and diversity presented in the aforementioned work? Our research is bibliographical with a qualitative approach. We are based on: Moraes (1997), Cohn (2001), Costa (2005), Mota (2008), Almeida (2011), Thiél and Quirino (2011), Lima (2020) and Kambeba (2020). The research allowed us to see the need to promote indigenous culture in non-indigenous schools from early childhood education, to make progress in overcoming the prejudice and discrimination faced by these peoples. We could see that cultural plurality and diversity are treated with express value and respect in Kambeba's work. The author praises and recognizes the contribution of indigenous peoples to culture and society in general.

Keywords: indigenous culture; cultural hegemony; indigenous literature.

RESUMEN:

Nuestro objetivo era identificar cómo se tratan la pluralidad y la diversidad culturales en *Ay Kakyry Tama: Eu moro na cidade* (2020), de la escritora indígena Márcia Kambeba. Para ello, partimos del siguiente problema: ¿cómo se presentan la pluralidad y la diversidad culturales en la obra mencionada? Nuestra investigación es bibliográfica con enfoque cualitativo. Nos basamos en: Moraes (1997), Cohn (2001), Costa (2005), Mota (2008), Almeida (2011), Thiél y Quirino (2011), Lima (2020) y Kambeba (2020). La investigación nos permitió ver la necesidad de promover la cultura indígena en las escuelas no indígenas desde la educación infantil, para avanzar en la superación del prejuicio y la discriminación que enfrentan estos pueblos. Pudimos constatar que la pluralidad y la diversidad cultural son tratadas con expreso valor y respeto en la obra de Kambeba. El autor elogia y reconoce la contribución de los pueblos indígenas a la cultura y a la sociedad en general.

Palabras clave: cultura indígena; hegemonía cultural; literatura indígena.

Introdução

Estudos sobre a literatura indígena brasileira vem sendo fomentados com mais afinco nos últimos anos, constituindo-se como um importante fenômeno político-cultural, pois possibilita o reconhecimento da identidade dos povos originários, principalmente após promulgação da Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 2008), modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A escrita literária produzida por escritores indígenas contribui para a reafirmação da identidade e cultura desses povos, atuando como um significativo artifício contra a violência e o silenciamento enfrentados por eles da colonização até os dias atuais (Lima, 2020).

Quando ouvimos falar sobre cultura indígena, rapidamente fazemos associação às suas danças, pinturas corporais, a agricultura, artesanato, caça, pesca; em nenhum momento pensamos na literatura como uma expressão cultural indígena. Por essa razão, o presente artigo teve como objetivo identificar como a pluralidade e diversidade cultural são tratadas na obra *Ay Kakyry Tama: Eu moro na cidade* (2020), da escritora indígena Márcia Kambeba. Para tanto, partimos da seguinte problemática: de que modo se apresenta a pluralidade e diversidade cultural na obra supramencionada?

Para alcançar nosso objetivo, estruturamos a pesquisa em algumas seções para discutir sobre aspectos relacionados a cultura e literatura indígena. A primeira seção intitulamos: Cultura Brasileira e Hegemonia Cultural, na qual discutimos os aspectos hegemônicos que pairam sobre a cultura brasileira. Aqui nos subsidiamos nos seguintes autores: Moraes (1997) e Almeida (2011).

Para a segunda seção demos o seguinte título: Cultura indígena brasileira – breve discussão. Aqui discutimos sobre a estatística de pessoas residindo em localidades indígenas, suas expressões culturais, a opressão que sempre sofreram e a importância de valorizar os povos indígenas, respeitando suas diferenças. Os autores nos quais nos fundamentamos foram: Cohn (2001), Costa (2005) e Mota (2008).

A terceira seção traz o título: Literatura indígena: aspectos culturais presentes na obra *Ay Kakyri Tama- Eu moro na Cidade*, de Márcia Kambeba. Nessa seção, direcionamos nossa pesquisa à análise da obra de Márcia Kambeba. Apresentamos a autora e sua obra e destacamos

os aspectos culturais presentes em sua literatura. Nos amparamos em: Thiél e Quirino (2011), Kambeba (2020) e Lima (2020).

Subsidiada por Kambeba (2020), trazemos a última seção que intitulamos: Proposta didática para uso da literatura indígena em sala de aula não indígena, onde trouxemos uma proposta de sequência didática para trabalhar com a literatura indígena nas escolas com alunos a partir do 5º ano do Ensino Fundamental.

Metodologia

Nossa pesquisa é do tipo qualitativa, pois, conforme os pressupostos de Neves (1996), esse tipo de pesquisa não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Como princípio metodológico optamos pela pesquisa bibliográfica, uma vez que, conforme afirmam Toledo e Gonzaga (2011, p. 37), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se vale de materiais como livros, vídeos, artigos científicos, dissertações ou teses”. Fundamentamo-nos em: Moraes (1997), Cohn (2001), Costa (2005), Mota (2008), Almeida (2011), Thiél e Quirino (2011), Lima (2020) e Kambeba (2020). Fizemos ainda uma análise literária fundamentada nos pressupostos de Moisés (2014, p. 13), o qual diz que esse tipo de análise consiste em desmontar o texto literário a fim de conhecê-lo “nos ingredientes que o estruturam”.

Resultados e Discussões

Nas seções que seguem, abordamos cultura brasileira e hegemonia cultural, fazemos uma breve discussão sobre cultura indígena brasileira, sobre o marco temporal acerca das demarcações das terras indígenas, apresentamos aspectos culturais da literatura indígena presentes na obra de Márcia Kambeba. Trazemos ainda uma proposta didática para o uso da literatura indígena em sala de aula não indígena, e, por fim, tecemos nossas considerações finais.

Cultura Brasileira e Hegemonia Cultural

Será certo falarmos de cultura no singular? Costumeiramente, ouvimos falar em cultura brasileira de modo *sui generis*, como única, particular. Originalmente, o termo cultura vem do

latim *colere*, que quer dizer cuidar, cultivar, crescer, dessa forma, o termo também se relaciona ao cultivo, ao crescimento de plantações e de uma forma mais geral, a agricultura como um todo (BOSI, 1992).

De acordo com Camargo [s.d], sociologicamente, cultura é o conjunto de costumes, crenças, valores, comportamentos, tradições e conhecimentos de determinado grupo ou sociedade, compreendendo aspectos relacionados a suas religiões, línguas, comidas típicas, músicas, artes, vestimentas dentre outros.

Conforme Almeida (2011, p. 2),

No seu sentido mais amplo, cultura diz respeito ao “modo de vida” de um povo, nação ou grupo social mais restrito. Ou seja, um conjunto de símbolos e um sistema de significações, mas também de práticas, meios de produção materiais e simbólicos e produtos relacionados a um grupo social concreto. Portanto, cultura não é somente uma visão de mundo, uma ideologia. É também uma prática social em todos os sentidos.

No Brasil, temos uma vasta gama cultural envolvendo nosso povo, dentre as quais podemos citar: o carnaval, as famosas quadrilhas juninas, sem falar no futebol e na imensurável cultura musical que expressa essa multiplicidade em nosso país. Há expressões musicais para todos os gostos: forró, samba, axé, pagode, bossa nova e MPB (música popular brasileira), sertanejo, gospel, rap, funk dentre outros.

O que falar então das manifestações religiosas? No Brasil, de acordo com pesquisa Datafolha¹, publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 2021, 50% dos brasileiros são católicos, 31% são evangélicos, e 10% não tem religião. A pesquisa aponta ainda que 3% da população é espírita, seguido de 2% que professam o umbandismo, o candomblé ou outras religiões de origem afro-brasileiras; 2% dizem que possuem outras religiões, 1% são ateus e 0,3% são judaicos. Logo, ressaltamos que não podemos falar em cultura, mas em culturas, assim mesmo no plural e, conforme corrobora Bosi (1992, p. 1), “A tradição da nossa Antropologia Cultural já fazia uma repartição do Brasil em culturas aplicando-lhes um critério racial: cultura indígena, cultura negra, cultura branca, culturas mestiças”.

Mesmo com essas vastas manifestações culturais, que expressam não uma unidade, mas uma pluralidade entre os povos. Há ainda, de modo muito expressivo, tentativas de singularizar a cultura, de apontá-la como sinônimo do que é elitizado. A esse respeito, Almeida (2011, p. 3) pontua que:

¹Pesquisa disponível em: <https://bityli.com/mS1vhS>.

No sentido mais restrito, o conceito de cultura está relacionado ao que também é chamado de “cultura culta”. Ligada a uma educação formal, “ao cultivo do espírito”, da ciência, da filosofia ou “à evolução da mente”. Indica um estado cultural considerado mais evoluído ou desenvolvido, de “pessoas de cultura”. Também identificado, muitas vezes, com arte ou produção artística. Nestes casos, quem, historicamente, tem definido o que é “culto”, “evoluído” e “desenvolvido” tem sido algum corpo de elite de uma classe dominante. Portanto, frequentemente, este conceito de cultura tem um viés elitista.

Assim sendo, as manifestações culturais, socialmente aceitas, são àquelas ligadas ao erudito, consideradas superiores sob as demais, restrita a um grupo seletivo de pessoas que fazem parte da alta sociedade ou que possuem um nível de instrução elevados. A exemplo desse tipo de cultura, destacamos: concertos, óperas, orquestras, música clássica, artes plásticas, pintura e esculturas, estão no rol desse tipo cultural eurocêntricas e hegemônicas, por serem vistas como as mais importantes e conceituadas, sobrepondo-se as demais por seu maior rigor em sua elaboração, sendo assim, uma produção elitizada, acessível apenas a um grupo restrito.

Hegemonia cultural é um conceito chave da teoria marxista, que recebe novo status atribuído pelo filósofo italiano marxista Antonio Francesco Gramsci (1891-1937) para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, de modo particular, da burguesia sobre o proletariado.

Etimologicamente, hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa "conduzir", "ser guia", "ser chefe", e do verbo *eghernoneuo*, que quer dizer "conduzir?", e por derivação "ser chefe", "comandar", "dominar?". *Eghemonia*, no grego antigo, era a designação para o comando supremo das Forças Armadas. Trata-se, portanto, de uma terminologia com conotação militar. O *eghemon* era o *wndottiere*, o guia e também o comandante do exército. (Moraes, 1997, p. 97).

Conforme Gramsci (1978), a hegemonia se engendra a partir da sociedade civil e de suas diversas instituições, mas é por meio do Estado que se tem um instrumento indispensável para a sua realização, consolidação e reprodução.

Entendemos hegemonia cultural como a essência do poder de dominação das classes dominantes, sobre as classes dominadas, ou seja, o proletariado. Consiste em dominar as classes mais baixas por meio de uma cultura, isto é, por meio da totalidade cultural.

Está embutida na arte, na igreja, nas propagandas do governo e até nas escolas por meio de um contentamento social ocasionando uma estática, (BOSI, 1992), ensinando aos alunos em formação o tipo de cultura que devem valorizar, sendo muitas vezes, uma cultura elitista com a qual não têm contato, perpetuando assim, estereótipos que deveriam ser combatidos .

Desse modo, as classes dominadas, o proletariado, aceita o interesse da classe dominante como se fosse o seu próprio interesse. O interesse da classe dominante é culturalmente difundido e passa a ser aceito como um interesse geral (Bosi, 1992).

As demais culturas são vistas como subalternas, de segunda categoria, sem importância ou relevância, menos ainda quando se trata da cultura dos povos originários, os quais continuam sofrendo discriminações e preconceitos, mesmo que nos dias atuais, século XXI, haja tantos movimentos que valorizam as tradições desses povos, ainda assim, são vistos muitas vezes como sem cultura, por seguirem na contramão do que é imposto como cultura “aceitável”, por ser propagada pela elite.

Vivemos multiculturas e, de um modo mais direcionado, veremos a cultura dos povos indígenas na seção a seguir.

Cultura indígena brasileira – breve discussão

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) estima que em 2021, no Brasil há 1.108.970 (um milhão, cento e oito mil, novecentos e setenta) pessoas residindo em localidades indígenas e 1.133.106 (um milhão, cento e trinta e três mil, cento e seis) pessoas residentes em quilombos.

Segundo Costa (2005), as terras indígenas são de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural desses povos, por serem tradicionalmente coletores e caçadores e por estabelecerem com elas uma relação simbólica.

Atualmente, ainda mediante Costa (2005), a maioria das sociedades indígenas enfrenta dificuldades em relação à sustentabilidade e à gestão de seus territórios. Aqueles que trabalham com a agricultura perderam parte de suas técnicas de cultivos, suas sementes tradicionais e tornaram-se monocultores, dependentes de insumos comerciais e de bens que não têm como produzir.

Conforme podemos observar em Mota (2008), durante o processo de colonização, os descendentes indígenas eram induzidos a negar sua descendência e juntar-se na sociedade em geral. No século XX, costumeiramente oprimidos, os descendentes de indígenas, passam a buscar não somente o reconhecimento da sociedade nacional, mas começam a afirmarem-se como índios e a demandar seus direitos à terra e à identidade.

Aprendemos nas séries iniciais do Ensino Fundamental (de modo muito superficial), que cultura indígena se constitui como o conjunto de valores, crenças, costumes e etc. Aprendemos ainda que há uma multiculturalidade indígena, uma diversidade cultural que permeia os povos

originários. São vários os costumes indígenas, que vão desde a alimentação, proveniente de caça, pesca, agricultura e coleta.

Outro ponto importante a evidenciar são os costumes religiosos, pois, cada povo indígena brasileiro tem suas crenças, lendas, deuses e rituais. A arte, o uso de ervas medicinais, a tradição oral da cultura, além das vestimentas e dos ornamentos indígenas são traços importantes a se destacar. Há uma diferença entre os povos com contato e sem contato com a cultura do homem-branco, como por exemplo, o uso de tênis, bonés, calça jeans. Por essa razão, pelo contato do índio com outras culturas,

Muito se comenta, e se lamenta, que os índios estão perdendo sua cultura. Um índio calçado e vestido com calça jeans, falando português, utilizando gravadores e vídeos ou morando em uma favela em São Paulo aparece aos olhos do público como menos índio. Eles deveriam seguir suas tradições, se diz. E nós deveríamos deixá-los em paz, devolvê-los ao isolamento, para que possam seguir seus caminhos. (Cohn, 2001, p. 36).

A cultura indígena ainda hoje é estereotipada, a visão que se tem e que é permitida ter sobre os povos indígenas é de pessoas andando nus, que não fazem parte da sociedade, que não fazem parte de decisões políticas, que vivem ilhados, sem nenhuma comunicação tecnológica, vistos ainda como bárbaros, primitivos, preguiçosos, traiçoeiros e selvagens. Visões preconceituosas, ultrapassadas e equivocadas.

A cultura indígena participa da formação de nossa identidade nacional, visto que a cultura brasileira é resultante da mistura de três culturas: a europeia, a africana e a indígena. Vemos a herança indígena em nomes de cidades, bairros, estados, por exemplo: Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú entre outras. Há ainda nomes de animais com origem indígena, dos quais podemos citar: pirarucu, jaboti, sucuri e tamanduá. Há ainda origem indígena nos nomes de plantas e frutos: cajá, açaí, jatobá; além dos nomes próprios como: Moacir, Tainá, Iara dentre outros. Desse modo, percebemos que as influências indígenas estão enraizadas na cultura brasileira, logo, é importante respeitá-la e valorizá-la não somente em datas comemorativas, como no dia 19 de abril, Dia do Índio, ou Consciência Negra, em 20 de novembro.

Pontuamos tais comemorações como não didáticas, uma vez que pouco tem sido para combater os preconceitos e propagar o respeito, destituindo o imaginário construído a partir de estereótipos, imaginário esse que não fica restrito apenas às crianças, mas torna-se uma espécie de senso comum. Portanto, valorizar os povos indígenas e ensinar sobre o respeito faz-se necessário desde a educação infantil, pois oportuniza debates sobre respeito às diferenças, diversidade cultural, preservação ambiental, além de resgatar a história dos primeiros habitantes

do território brasileiro, destacando sua contribuição para a cultura atual de nosso país e desmistificar a imagem que se tem dos povos originários.

Nos últimos meses (maio/ junho de 2023), o marco temporal sobre as demarcações de terras indígenas recebeu destaque. A Câmara dos Deputados aprovou no dia 30 de maio de 2023 o texto-base do Projeto de Lei (PL) 490/2007, o projeto do marco temporal, para a demarcação de terras indígenas. O texto recebeu 283 votos a favor, 155 contrários e uma abstenção. Essa proposta, a qual será analisada pelo Senado, restringe a demarcação de terras indígenas e enfraquece direitos dessas populações (Agência Senado, 2023).

Segundo o projeto, para serem consideradas terras ocupadas tradicionalmente, deverá ser comprovado, objetivamente, que na data da promulgação da Constituição Federal (05/10/1988), essas terras eram, ao mesmo tempo, habitadas em caráter permanente, usadas para atividades produtivas e necessárias à preservação dos recursos ambientais e à reprodução física e cultural.

De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), esse projeto é um ataque aos direitos dos povos indígenas. Em suas redes sociais, ele disse que a bancada do governo, no Senado, vai lutar para reverter o que ele chama de retrocesso. O senador Confúcio Moura (MDB-RO) votou contra ao projeto e a favor dos povos indígenas. Segundo ele, trata-se de uma questão de justiça com os povos originários.

O texto aprovado, permite que o poder público instale em terras indígenas, equipamentos, redes de comunicação e estradas, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e educação. O projeto estabelece ainda que as novas regras já valham para processos administrativos de demarcação de terras indígenas ainda não concluídos.

Conforme o PL, se a comunidade indígena não ocupava, independentemente da causa, determinado território antes do marco temporal de 1988, a terra não poderá ser reconhecida como tradicionalmente ocupada. Durante a tramitação da matéria na Câmara, outros itens foram acrescentados, como: a permissão para plantar cultivares transgênicos em terras exploradas pelos povos indígenas, a proibição de ampliar terras indígenas já demarcadas; a adequação dos processos administrativos de demarcação ainda não concluídos às novas regras e a nulidade da demarcação que não atenda a essas regras (Agência Senado, 2023).

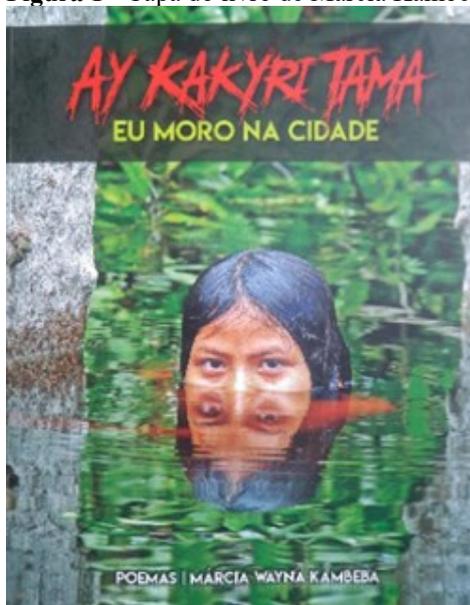
O projeto aprovado na Câmara estabelece que o usufruto das terras pelos povos indígenas não se sobrepõe ao interesse da política de defesa e soberania nacional, permitindo a instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares,

independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) (Agência Senado, 2023).

Diante do retrocesso sofrido pelas comunidades indígenas, é necessário fomentar a cultura desses povos e é imprescindível que, nos ambientes escolares, esse fomento aconteça desde as séries iniciais. Por meio da poesia escrita por autores indígenas, acreditamos ser possível incentivar um novo olhar aos povos originários. Apresentaremos essa discussão na seção que segue.

Literatura indígena: aspectos culturais presentes na obra *Ay Kakyri Tama- Eu moro na Cidade* de Márcia Kambeba

Figura 1 - Capa do livro de Márcia Kambeba, 2018.



Fonte: Autoria própria (2023).

Quando pensamos em cultura indígena é provável que façamos relação direta as artes de pintura, escultura, caça, pesca e etc. Dificilmente remeteremos à cultura indígena a arte da palavra escrita, a literatura, principalmente por essa ser uma prática mais recente do nosso século. A literatura oral não, facilmente associamos aos povos originários, já que essa prática da tradição oral é um costume que permanece vivo entre eles até hoje.

Lima (2020) evidencia que a literatura contribui na reafirmação da identidade e cultura dos povos indígenas, atuando como um significativo artifício contra a violência e o silenciamento enfrentado por eles, desde a colonização até os dias atuais.

A obra de Márcia Wayna Kambeba, intitulada *Ay Kakyri Tama: Eu moro na Cidade* (2020), a qual trazemos para apresentar como proposta para uso em sala de aula, é uma

composição rica em aspectos culturais indígenas. É um livro que contém 32 poemas em que Márcia Kambeba apresenta seu povo, sua história, suas origens e sua ancestralidade.

Márcia Kambeba é poeta, escritora, compositora, palestrante, ativista, doutoranda em letras e mestra em geografia, é indígena e pertence à etnia Omágua/Kambeba. Suas atribuições sociais desfazem a representação imagética de que índios são indivíduos que dominam as matas, convivem com a natureza e com os animais, de modo esdrúxulo, são seres selvagens. Márcia Kambeba nos mostra que ela não é menos índia por viver na cidade, por possuir uma formação acadêmica, por usar roupas e utilizar redes sociais.

Lima (2020, p. 43) destaca que

Uma forma que os indígenas possuem de reafirmarem suas identidades é por meio da literatura. A literatura é uma prova da força da sobrevivência indígena, e por meio dos textos os indígenas possuem voz e fazem renascer toda a sua cultura ancestral que foi transferida de geração em geração por meio da memória oral.

A obra de Márcia possui muitos aspectos culturais, como por exemplo a ancestralidade. No poema intitulado: SER INDÍGENA, SER OMÁGUA, ela diz:

Trago em meu peito
as dores e as alegrias do povo Kambeba
e na alma, a força de reafirmar a
nossa identidade
que há tempos ficou esquecida
diluída na história
mas hoje revivo e resgato
a chama ancestral de nossa memória.
(KAMBEBA, 2018, p. 26)

Vemos que Kambeba apresenta sua poesia na primeira pessoa do singular (verbo trago, revivo, resgato), se afirmando como indígena, como pertencente ao povo Omágua. Sua ancestralidade se apresenta em outros poemas como Território Ancestral (2020, p. 40), Minha Memória, Meu Legado (2020, p. 42), Primeira Amazônia (2020, p. 69) onde Márcia apresenta a voz de um povo que teve seu território manchado pelas mãos do colonizador.

Há vários poemas em que Márcia Kambeba apresenta aspectos religiosos de seu povo. No poema Ritual Indígena (2020, p. 33), Kambeba destaca:

[...]
Em noite de yaci-tua
O pajé convoca a nação
Tambores ecoam na aldeia
Começa a celebração.

Dentro da Uka sagrada

O pajé inala o tawari
E no transe evoca os seres da mata
Vem o mapyritua, a curupira e o mapinguari.

A metamorfose anuncia
A presença do sobrenatural
Na sua forma se vê a magia
Hora awa, hora animal.
[...]

O poema acima exposto representa a voz de um povo que celebrava um ritual no qual invocavam os seres da mata, entretanto, nos versos que seguem vemos que a expressão de sua religiosidade foi proibida pelo homem-branco: “O que era um culto sagrado/ Guardado como ouro ancestral/ O branco achou que era pecado/ Invadiu meu ser espiritual” (Kambeba, 2020, p. 33). Este poema apresenta uma discussão inter-religiosa e levanta a discussão sobre o respeito à diversidade religiosa.

Outros poemas apresentam ainda a cultura da tradição oral, principal meio de propagação da cultura indígena, como por exemplo no poema Silêncio Guerreiro (2020, p. 29), Tuxaua Kambeba (2020, p. 44); apresenta ainda o modo de vida dessa etnia fazendo referência à pesca em A Sina Do Pescador (2020, p. 56).

Ay Kakyri Tama é um livro que pode fomentar a cultura indígena e o respeito à diversidade cultural. Abordar essa pluralidade em sala de aula pode combater a exclusão e a discriminação. A inserção da literatura indígena em sala de aula torna-se mais urgente em dias de intolerância. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) afirma que, ao nascer, o homem é bom, no entanto, a sociedade o corrompe, ou seja, ninguém nasce preconceituoso ou intolerante, isso é aprendido. Da mesma forma que aprendemos também sobre a tolerância e o respeito.

Segundo Thiél e Quirino (2011), a literatura indígena ainda é desconhecida por muitos educadores ou muitos não sabem como introduzi-la nas aulas de leitura. Pensando nisso, propomos uma sequência didática que poderá contribuir nessa inserção que será detalhada na seção que segue.

Proposta didática para uso da literatura indígena em sala de aula não indígena

O ensino da literatura indígena em escolas não-indígenas traz como significado a reescrita da história de nosso país, direcionando um novo olhar sobre as narrativas eurocêntricas apresentadas em diversos textos que tratam do descobrimento do Brasil, excluindo e silenciando

as vozes originárias como é o caso dos indígenas, vozes essas que têm ganhado espaço e expressão por meio da literatura indígena.

São vários os escritores desse tipo de literatura que podem contribuir com a inserção de obras literárias nas escolas. Entre as quais podemos destacar: Juvenal Payaya, com a obra *O filho da Ditadura* (2010); Ailton Krenak, com a obra *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020); Auritha Tabajara, com a obra *Coração na aldeia, pés no mundo* (2018); Daniel Munduruku, com a obra *Catando piolhos, contando histórias* (2014); Marcia Kambeba, com a obra *Ay Kakyri Tama: Eu Moro Na Cidade* (2020), entre outros.

Nossa proposta é apresentar estratégias para o uso da literatura indígena nas escolas por meio do livro de Márcia Kambeba *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (2020). Por se tratar de um artigo de pequena extensão, selecionamos três poemas, mas as estratégias poderão subsidiar atividades com os demais. Os selecionados são os seguintes:

1º *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade*

2º *Ritual Indígena*

3º *Tuxaua Kambeba*

Vale destacar que o poema é um texto literário que geralmente é composto por versos, que são cada uma das linhas do poema e de estrofes, que é um conjunto dos versos. Muitos poemas apresentam rima e métrica. A rima é a repetição de um som, que ocorre em intervalos regulares, já a métrica é a medida do verso. Todavia, para que um texto seja um poema não é necessário ser composto por versos, estrofes, rimas e métrica, pois há também poemas em prosa que dispensam tais elementos.

Sugerimos que em cada aula seja trabalhado um poema. A periodicidade ficará a critério de cada professor (diário, semanal, quinzenal ou mensal). O livro não possui faixa-etária indicativa, mas por apresentar uma linguagem de maior complexidade, propomos que seja trabalhado com escolares a partir do 5º ano do Ensino Fundamental.

Para a primeira aula utilizando o poema *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade*, como um momento introdutório, propomos que seja apresentado aos alunos os paratextos da obra como os agradecimentos, a apresentação e o prefácio. A capa e contracapa também devem ser apresentadas aos alunos de modo que eles sejam levados a refletir sobre o contraste das mesmas (capa traz a simbologia do índio na floresta e contracapa remete ao seu convívio na cidade).

Após esse momento de apresentações, o professor distribuirá cópias do primeiro poema a ser lido e analisado pelos alunos. Essa leitura poderá ser feita de modo compartilhado ou pelo professor. No poema supramencionado, Kambeba (2020) apresenta características de sua

identidade por meio de seus versos, sugerimos que anteriormente a essa primeira aula, o professor peça que os alunos levem algum objeto pessoal que lhe identifique, uma vez que a obra fala sobre identidade.

Após a leitura, o professor poderá pedir que cada aluno fale sobre os objetos que levaram para aquela aula, instigando que eles digam porque aquele objeto lhe representa. Poderá ainda conversar com os alunos por meio de perguntas dirigidas como: o que mais chamou a sua atenção nesse poema? Ele te fez lembrar de algum momento específico de sua vida? O que você sentiu ao acompanhar a leitura desse poema? Você gostou do poema? Por que? O professor poderá fazer outras perguntas conforme julgar necessário. Como aprofundamento da leitura, sugerimos que o professor peça como atividade que os alunos reescrevam o poema colocando-se como eu lírico² do poema.

No segundo encontro, o poema que será apresentado é *Ritual Indígena* (Kambeba, 2020). Como introdução, o professor poderá perguntar qual a religião dos alunos e levá-los a refletir sobre o que é religião, em seguida perguntar o que eles entendem por *ritual* e, no contexto indígena, como eles imaginam que seria esse ritual. O professor poderá instigá-los perguntando: para que vocês acham que serve um ritual? O que esperar de um poema que tem por título *Ritual Indígena*? Do que vocês acham que esse poema vai falar? Após esse momento, o docente distribui a impressão do poema para todos os alunos e eles podem fazer uma leitura silenciosa a princípio para se familiarizar com as expressões e em seguida uma leitura coletiva.

Após a leitura, o professor indaga novamente os alunos sobre sua compreensão acerca do poema: suas hipóteses estavam certas? O que o poema expressa sobre esse ritual indígena? Nesse momento é interessante que o professor apresente o significado da palavra ritual e destaque que ritual não se refere somente ao que é sagrado, mas também a rotinas sociais, como por exemplo a liturgia de determinadas igrejas, a abertura de jornais televisivos, o início de um jogo de futebol ou a abertura da copa do mundo.

Todos esses eventos trazem em si um tipo de ritual. É importante que seja levantada a discussão sobre o respeito às diversas manifestações religiosas. Como sugestão de aprofundamento, o professor poderá pedir para que os alunos expressem, por meio de desenhos, algum tipo de ritual.

No terceiro e último encontro, o poema que será apresentado aos alunos será *Tuxaua Kambeba* (Kambeba, 2020). Esse é um poema que expressa a cultura de tradição oral, que, por

²O Eu lírico é um elemento fundamental da poesia, pois é a voz que anuncia o poema, é quem dá à voz poética, ou seja, a voz que expressa emoções, sentimentos, pensamentos e/ou opiniões e que não é necessariamente o autor, pode ser também um eu fictício (Brandino, [s.d]).

muito tempo, foi a única forma de preservar de geração em geração as tradições, culturas e costumes do povo indígena.

De início, o professor dirá o nome do poema que será estudado na aula, levantando um questionamento sobre o que pode significar a palavra *tuxaua*, a que os alunos acham que pode se referir. Em seguida, define o que significa a palavra em destaque. Logo após, distribui a cópia do texto para todos os alunos e dá um tempo de cinco minutos para que eles façam uma primeira leitura silenciosa. Passado esse tempo, o professor lerá o poema em voz alta para toda a turma.

Após leitura, o professor levanta uma discussão com a turma sobre a importância da história oral para perpetuação das tradições e culturas indígenas. Como momento de aprofundamento, o professor pode pedir que os alunos pesquisem e expliquem em sala de aula sobre os cantos, danças e lendas indígenas citados no poema.

Acreditamos que por meio de atividades como essas, que fomentam a literatura indígena em escolas não indígenas, os conceitos de eurocentrismo e hegemonia cultural podem ser redimensionados, as crianças podem aprender desde cedo sobre o respeito às diferenças, sobre a tolerância e empatia, possibilitando perspectivas e práticas mais humanas.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo identificar como a pluralidade e diversidade cultural são tratadas na obra *Ay Kakyry Tama: Eu moro na cidade* (2020), da escritora indígena Márcia Kambeba.

Inicialmente, trouxemos uma discussão sobre cultura brasileira e hegemonia cultural, onde analisamos cultura de um modo sociológico, apresentamos a origem do termo, expusemos a pluralidade de nossa cultura e discutimos sobre hegemonia cultural.

Seguindo, direcionamos a nossa pesquisa a uma discussão sobre cultura indígena brasileira, onde destacamos a estimativa de pessoas residindo em localidades indígenas, discutimos sobre o processo de colonização e os estereótipos que pairam sobre a visão que se tem do indígena.

Numa seção seguinte, discutimos ainda sobre os aspectos indígenas culturais presentes na obra *Ay Kakyri Tama: Eu Moro Na Cidade*, de Márcia Kambeba (2020).

Por fim, trouxemos uma seção onde apresentamos uma proposta didática para uso da literatura indígena em salas de aula não indígenas.

Apresentamos a pluralidade e diversidade cultural principalmente por meio da proposta didática que trouxemos para idealização em salas de aula não indígenas, uma vez que pode oportunizar as crianças dessas escolas a conhecerem outras culturas, tendo como mediadora a obra de Kambeba (2020).

Acreditamos que a pesquisa nos possibilitou ver a necessidade de fomentar a cultura indígena nas escolas não indígenas desde a Educação Infantil, de avançar na superação do preconceito e da discriminação que esses povos enfrentam. É necessário que a cultura do respeito seja implementada nas escolas, respeito esse que pode ser posto, inclusive, por meio das diversas literaturas: surda, cega (sobre a qual nem ouvimos falar), afro, oriental dentre outras. O respeito deve ser ensinado de modo escolarizado, para mitigarmos a intolerância e o desrespeito às diferenças.

A pesquisa nos possibilitou ainda adentrar no mundo da poesia indígena, onde conhecemos de modo mais direcionado a luta dos povos originários para manter viva sua cultura. A poética indígena traz originalidade, força e resistência e isso ficou muito evidente ao longo de nossa pesquisa. Pudemos ver que a pluralidade e diversidade cultural são tratadas na obra de Kambeba (2020) com expresso valor e respeito. A autora enaltece e reconhece a contribuição dos povos indígenas para a cultura e sociedade em geral.

Conhecer a cultura, os costumes, a ancestralidade dos povos originários é uma forma de reafirmar a herança cultural que eles nos deixaram e mitigar os impactos negativos sobre eles. A inserção de uma literatura indígena nas escolas configura-se na valorização e reconhecimento da pluralidade cultural, o que gera respeito e tolerância, além de resgatar valores, crenças e costumes esquecidos por meio da invasão colonial.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Projeto do marco temporal das terras indígenas**. Dispõe sobre o projeto do marco temporal das terras indígenas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/01/projeto-do-marco-temporal-das-terras-indigenas-chega-ao-senado#:~:text=O%20projeto%20que%20trata%20do,tramitar%20como%20PL%202.903%2F2023>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ALMEIDA, Antônio Jorge Fonseca Sanches de. “Cultura Política e Hegemonia”. **IV Encontro da Compolítica**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2011_Jorge-Almeida.pdf Acesso em: 19 de jul. 2023.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

COSTA, Gercilene Teixeira. **Reflexões acerca da pureza cultural indígena**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2005. Disponível em: <https://bityli.com/VmZUgb1>. Acesso em: 17 dez. 2021.

COHN, Clarice. Culturas em transformação: os índios e a civilização. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36-42, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/MWWF97DDGP3bLHxyFd6dqxn/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dimensionamento de população residente em áreas indígenas e quilombolas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101859>. Acesso em: 23 jul. 2023.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade**. 2. ed.- São Paulo: Jandaíra, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMA, Paola Efelli Rocha de Sousa. **O ensino de literatura indígena a partir da poesia de márcia kambeba analisada pela via dos estudos culturais**. Araguaína, TO, 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras Ensino de Língua e Literatura, 2020.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 2014.

MORAES, Denis de. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. **Revista Contracampo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 93-104, 1997. Disponível em: <https://bityli.com/ZeQ0EO>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MOTA, Clarice Novaes da. Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 22-24, 2008. Disponível em: <https://bityli.com/Fz4oZsP>. Acesso em: 25 maio 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **Catando piolhos, contando histórias**. São Paulo: Escarlate, 2014.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**. FEA-USP. São Paulo, v. 1. n. 3. 2º sem, 1996. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qLP39>. Acesso em: 03 de jul. 2023.

PAYAYA, Juvenal. **O filho da ditadura**. Salvador: Fast Design Editora, 2010.

TABAJARA, Auritha. **Coração na aldeia, pés no mundo**. São Paulo: Uk'a Editorial, 2018.

THIÉL, Janice Cristine; QUIRINO, Vanessa Ferreira dos Santos. A literatura indígena na escola: um caminho para a reflexão sobre a pluralidade cultural. **Diálogo Nacional: X** Congresso Nacional de Educação -EDUCERE, Curitiba/Pr, v. 12, p. 6630-6641, 7 nov. 2011. Trimestral. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5885_3228.pdf. Acesso em: 29 maio. 2023.

SOBRE A AUTORA

Josiane do Nascimento da Silva. Mestre em História e Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), Unidade acadêmica da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Formada em Letras e em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. Contribuição de autoria: escrita, análise e interpretação dos dados. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8430774244598700>

Como citar

SILVA. Josiane do Nascimento. Literatura Indígena: aspectos culturais nos poemas de Márcia Kambeba. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 3, e13804, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v3.13804>.